



***TEXTO PARA DISCUSSÃO***  
***35/2020***

*A CRISE ECONÔMICA DECORRENTE  
DO COVID-19 E AS AÇÕES DA  
EQUIPE ECONÔMICA DO GOVERNO  
ATUAL*

*Lauro Mattei*

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

## ESCLARECIMENTOS

É importante registrar que entre os meses de março de 2020 e fevereiro de 2021 estarei fazendo Pós-Doutorado no CPDA/UFRRJ - Rio de Janeiro. Após participar das solenidades de formatura dos economistas da UFSC relativa ao segundo semestre de 2019, momento em que fui professor homenageado, me desloquei ao Rio de Janeiro e iniciei meus trabalhos na referida instituição. Todavia, em 14/03/2020 as atividades da universidade foram suspensas em função da pandemia do COVID-19, obrigando-me a retornar a Florianópolis no dia seguinte, conforme registrei junto à chefia do Departamento CNM-UFSC.

Como integro diversas sociedades acadêmicas nacionais na área de economia, passei a fazer parte de grupos de pesquisadores que estavam discutindo a crise econômica atual e propondo medidas para fazer frente aos efeitos danosos dessa epidemia na esfera econômica. Assim, nesse período escrevi os artigos que fazem parte desse Texto para Discussão do NECAT/UFSC, os quais já foram publicados em diversas plataformas eletrônicas e disseminados pelo país.

## SUMÁRIO

<i>Notas Introdutórias</i> .....	3
<i>A crise econômica e as falácias do Posto Ipiranga</i> .....	8
<i>O pacote de ações do ministro Fake Economics</i> .....	12
<i>Reduzir jornada de trabalho e salários não é a solução</i> .....	17
<i>A cegueira das elites empresariais brasileiras: reduzir salários não é a solução</i> .....	21
<i>Porque as medidas econômicas anunciadas pelo Ministério da Economia não estão sendo implementadas</i> .....	26

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

O século XXI vem apresentando crises econômicas sistêmicas. Na primeira década, o mundo foi fortemente abalado pela crise financeira de 2008-2009, cujo epicentro ocorreu na esfera financeira, porém com contágio sobre a economia real em todas as partes do globo terrestre. Seus efeitos se fizeram sentir por vários anos, sendo que diversos países não conseguiram mais retornar à situação pré-crise. Já a terceira década iniciou com uma nova crise econômica totalmente diferente da anterior, uma vez que agora são as consequências da pandemia COVID-19, que já atingiu mais de 150 países no mundo, causando milhares de mortes e impactando negativamente a economia em todo o mundo. É importante registrar que esta nova crise é bem distinta das crises, uma vez que aquelas eram crises derivadas do próprio funcionamento das estruturas econômicas. Agora as sociedades estão enfrentando uma crise sanitária de proporção global que, além ceifar vidas em todos os lugares, tem causado impactos negativos expressivos na economia de todos os países. Hoje já se sabe que os efeitos econômicos da COVID-19 não serão de curta duração (3 a 4 meses como vinha sendo dito pelo ministro da economia do Brasil) e que seus impactos poderão destruir a estrutura econômica de um país, caso os governos não adotem medidas efetivas para enfrentar a nova realidade.

Neste sentido, diversas instituições internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OCDE, etc.) entendem que os governos nacionais devem deixar de lado o discurso da austeridade fiscal e adotar medidas urgentes em duas direções: por um lado, conter a pandemia, salvando vidas; por outro, buscar estimular a economia para evitar o caos econômico e social. Sem dúvida, essa nova fase está mostrando claramente ao mundo que o ideário econômico neoliberal que pautou as intervenções econômicas nas últimas cinco décadas está sendo fortemente questionado, ao mesmo tempo em que emerge novamente a importância do Estado enquanto agente decisivo para implementar políticas efetivas capazes de reaquecer as atividades econômicas.

A economia brasileira já vinha capengando desde 2015 segundo alguns indicadores básicos, como é o caso do comportamento do PIB que, em média, apresentou taxa de crescimento negativa da ordem de 0,90% ao ano entre 2015 e 2019

Nesse período foram realizadas diversas reformas tratadas como salvadoras da pátria (limitação do teto de gastos públicos, reforma trabalhista, reforma da previdência, etc.), mas que pouco contribuíram, uma vez que ainda hoje o país convive com uma taxa de desemprego bastante elevada (quase 12 milhões de pessoas), bem como uma das piores taxas de investimento da economia nas duas últimas décadas.

Uma economia nessas condições e sendo afetada diretamente pela crise decorrente do COVID-19 terá enormes desafios pela frente. Diante desses fatos novos, entendemos que o governo federal precisa atuar rapidamente em três frentes essenciais: garantir a solvência das empresas (sobretudo do capital de giro) para que elas continuem funcionando; garantir a manutenção dos níveis de emprego e de salários dos trabalhadores; e atender aos segmentos mais vulneráveis da população que, além de excluídos economicamente, estão mais expostos à própria epidemia. Registre-se que são estratégias bastante semelhantes a essas que já se pode observar na maioria dos países do mundo. Infelizmente, não parece ser o que a área econômica do governo brasileiro está fazendo, uma vez que a maioria das medidas até agora anunciadas em conta gotas, além de ser tímidas e pouco eficientes para enfrentar as três dimensões acima expostas, estão demorando muito para serem implementadas, o que poderá levar a um caos social caso a epidemia avance mais rapidamente.

De um modo geral, chega-se à conclusão que o governo não tem um Plano de Ações organizado e articulado para amenizar os efeitos da pandemia nas atividades econômicas. O que se viu até o momento foram anúncios espalhafatosos e a conta gotas de montantes de recursos, porém sempre com poucos efeitos práticos, uma vez que os encaminhamentos para que de fato esses montantes anunciados cheguem aos agentes econômicos (empresários e trabalhadores) normalmente continuam paralisados até o momento. Além disso, chama atenção que nestes últimos 16 dias as ações da equipe econômica ainda continuaram pautadas por algumas ideias estapafúrdias de reformas estruturais; pela cantilena da não expansão dos gastos fiscais, opção que vai exatamente na contramão de tudo o que vem sendo feito na maioria dos países também afetados pelo COVID-19; e pela insistência da proposta de redução da jornada de trabalho e dos salários como alternativa aos problemas de funcionamento do mercado de trabalho em época de crise.

Ao longo das últimas três semanas acompanhamos as ações anunciadas pela equipe econômica do governo federal e elaboramos alguns artigos já publicados

eletronicamente em alguns websites, mas que agora estarão sendo agrupados neste Texto para Discussão do NECAT/UFSC como forma de disponibilizar a todos o conjunto de reflexões e análises até agora elaboradas em relação à pandemia COVID-19 e seus impactos sobre a economia do país, com atenção especial sobre as estratégias e ações do governo federal na área econômica.

O primeiro artigo, intitulado *A crise econômica e as falácias do Posto Ipiranga* foi escrito logo no calor do debate ocorrido logo após a divulgação do pífio resultado do PIB de 2019 que ficou ao redor de 1%, percentual muito inferior ao previsto no início do referido ano (semana de 09/03 a 14/03). Procurando justificar tal resultado, o ministro da economia assim falou: “nós estávamos em pleno voo, começando a decolar, quando fomos atingidos por essa onda. Enquanto a economia mundial está descendo, nós estávamos entrando na rota de 2% para este ano”. Para tanto, naquela semana voltou a afirmar que a solução para a crise seria acelerar de reformas (administrativa e tributária), bem como avançar no processo de privatização, deixando explícito seu desejo de privatizar o sistema Eletrobrás. Ou seja, enquanto muitos países do mundo estavam tomando medidas efetivas para fazer frente ao colapso econômico causado pela pandemia do COVID-19, o ministro estava preocupado com o andar das reformas neoliberais.

O segundo artigo, intitulado *O pacote de ações do ministro Fake Economics* e escrito na segunda semana de intervenções do governo federal na economia (16/03 a 20/03), buscou-se analisar minimamente as ações anunciadas até aquele momento. Após o anúncio de algumas medidas genéricas, o ministro voltou a tratar do tema das reformas, afirmando que a melhor resposta para conter a crise era aprovar as reformas no Congresso Nacional (CN) que, se isso fosse feito, a economia brasileira iria crescer 2,55% em 2020. Justificou-se afirmando que somente as reformas poderiam conter as turbulências que vêm de fora. Tal posicionamento foi fortemente criticado pelo presidente da Câmara dos Deputados, uma vez que no seu entender as reformas não faziam parte da solução da crise econômica e que as medidas anunciadas até aquele momento eram tímidas e pouco eficazes para enfrentar a crise econômica derivada da pandemia do COVID-19.

Diante de tantas bobagens proferidas pelo ministro Posto Ipiranga até aquele momento e tendo por base o artigo de Ferdinando Giugliano “How to push back against fake economics” (2018) que recomenda que os economistas deveriam explicar melhor o

funcionamento da economia com base na Teoria Econômica e parar de dar facadas no escuro, resolvemos alterar seu codinome. Como estamos na era das fake news – e parafraseando John Hicks – declaramos que partir dessa data o ministro Posto Ipiranga morreu e em seu lugar surgiu o ministro “Fake Economics”, um sujeito oriundo da galáctica das finanças e que aprendeu a tocar música de uma única nota: reformas!

O terceiro artigo, intitulado *Reduzir jornada de trabalho e salários não é a solução*, e o quarto artigo, intitulado *A cegueira das elites empresariais brasileiras: reduzir salários não é a solução*, foram escritos no período entre 17/03 e 21/03, quando ocorreu uma mudança de postura da equipe econômica visando o enfrentamento da crise. Ao invés de ampliar os gastos públicos como vinha sendo feito pela grande maioria dos países, o governo tentou vender a ideia de que reduzir jornada de trabalho e salários, tanto do setor público como privado era o caminho mais indicado para enfrentar a crise econômica. Para tanto, chegou ao deslante de enviar ao CN uma Medida Provisória em que se previa a suspensão dos contratos de trabalho por um período de quatro meses sem a respectiva remuneração. Diante da forte rejeição por vários segmentos da sociedade, tal medida foi retirada para revisão e até hoje não mais apresentada.

Para se contrapor a essas propostas, nesses artigos reafirmamos, com base em teorias econômicas básicas e em exemplos já adotados por alguns países, que reduzir salários em épocas de crise causa impactos negativos sobre o conjunto da economia, uma vez que reduz o poder de compra das pessoas e impacta negativamente na própria arrecadação tributária do governo e nas expectativas das empresas, que irão retraindo ainda mais suas atividades produtivas. Já reduzir jornada de trabalho dos servidores públicos neste momento de epidemia impactará negativamente em quatro áreas cruciais de atendimento à população: saúde, assistência social, educação e segurança pública, tendo em vista que em todas essas áreas já são notórias as faltas de pessoas qualificadas para o exercício profissional.

O quinto artigo, intitulado *Porque as medidas econômicas anunciadas pelo Ministério da Economia não estão sendo implementadas*, foi escrito contemplando o período entre 22/03 e 27/03 e procurou destacar algumas ações voltadas especificamente ao atendimento dos setores mais vulneráveis da sociedade e também ao setor empresarial, destacando-se a ação do CN que acabou aprovando uma proposta de ajuda mensal aos trabalhadores informais bem mais ampla que a proposta inicial do

governo que era de apenas R\$ 200,00. Já do ponto específico das ações do governo continuamos observando o baixo volume de recursos novos aportado à economia, deixando claramente a impressão a baixa capacidade de tais medidas anunciadas para alavancar as atividades econômicas.

Diante desses fatos analisados durante o período entre 09/03 e 27/03, ou seja, um período de três semanas, chegou-se à conclusão que o governo não tem um Plano de Ações claro, organizado e articulado para amenizar os efeitos da pandemia do COVID-19 sobre as atividades econômicas. O que se viu até o momento foram anúncios espalhafatosos e a conta gotas de montantes de recursos, porém encaminhamentos extremamente restritos até o presente momento, uma vez que muitas das medidas anunciadas ainda na primeira semana sequer foram implementadas.

Com isso, é possível observar que a equipe econômica vem se pautando por três diferentes formas de ação. No primeiro momento (semana de 09/03 a 13/03), o centro das intervenções continuava sendo dominado pela ideia de que a aprovação das reformas neoliberais seriam o caminho para recompor as atividades econômicas diante dois efeitos da crise do COVID-19. No segundo momento, fez-se um estardalhaço sobre um conjunto de medidas que foram anunciadas. Porém, do montante de recursos previstos, notou-se que a maior parte dizia respeito à antecipação de gastos orçamentários previsto no orçamento geral para o exercício de 2020. Neste momento, ainda imperava a ideia contrária à expansão dos gastos públicos. Finalmente, o terceiro momento (semana de 23/03 a 27/03) foi marcado pela tentativa de redução de jornada e de salários, tanto dos trabalhadores do setor privado quanto do setor público. Neste caso, chamou atenção a escandalosa Medida Provisória enviada ao CN por parte da presidência da república.

Em síntese, pode-se dizer que até o momento foram soltados muitos foguetes, porém com alcance muito limitados no sentido de recompor as atividades econômicas diante de um cenário global extremamente adverso.



## A CRISE ECONÔMICA E AS FALÁCIAS DO POSTO IPIRANGA<sup>1</sup>

No dia 04/03/2020 o IBGE divulgou o PIB do país relativo ao ano de 2019, cuja taxa de crescimento era prevista ao redor de 2,5% para tal período<sup>2</sup>. Além disso, em audiência na Câmara dos Deputados durante os debates sobre a reforma da previdência ainda no primeiro semestre de 2019, o Ministro da Economia afirmou categoricamente que: “se for feita uma reforma forte da previdência, os investimentos serão disparados imediatamente e o crescimento do PIB atingirá 3%”. Pois bem, a tal reforma foi feita, não houve disparo imediato dos investimentos e o crescimento do PIB em 2019 foi de 1,1%, percentual inferior inclusive ao ano de 2018, que foi da ordem de 1,3%<sup>3</sup>.

Diante desse fracasso, o aloprado ministro saiu com a seguinte pérola: O que eu havia dito no início do ano? Que iríamos crescer 1%. O resultado mostra que o governo se saiu bem e que tudo está dentro do previsto. Para o ano de 2020, com prosseguimento das reformas, vamos crescer acima de 2%<sup>4</sup>. Isto porque “O Brasil não é uma folha ao vento, a sabor das ondas internacionais, pois tem uma dinâmica própria de crescimento (sic)”. E ainda há quem acredite que esse sujeito tenha algum conhecimento mais profundo sobre a realidade da economia brasileira, cuja dependência da dinâmica econômica mundial existe há muito tempo e está devidamente registrada. Além disso, o ministro declarou-se surpreso com algumas colocações de analistas e de jornalistas, uma vez que não estava entendendo a comoção decorrente dos resultados divulgados.

Já o ignóbil presidente, diante do pífio desempenho do PIB em seu primeiro ano de governo, afirmou que recomendou a sua equipe econômica que faça previsões mais modestas para se evitar questionamentos. Textualmente assim se expressou diante da pergunta de um jornalista que queria saber se o presidente esperava que o PIB melhorasse nos períodos seguintes: “expectativa, eu sempre falo... Bota o mais baixo possível para eu não ter esse tipo de pergunta”. Para tanto, protagonizou uma cena

---

<sup>1</sup> - Essa analogia é recorrentemente feita pelo ignóbil presidente do país quando se refere ao seu Ministro da Economia

<sup>2</sup> - Alguns economistas neoliberais e bolsonaristas chegaram ao ponto de afirmar que sem a reforma da previdência a economia cresceria 2% em 2019, mas caso a reforma fosse feita seu crescimento atingiria 4%. São os verdadeiros cabeças de planilhas que adentraram ao clube do Chutômetro. Chantagistas da XP Investimentos chegaram ao ponto de afirmar que, sem a reforma da previdência, o dólar atingiria R\$ 5.

<sup>3</sup> Registre-se que a Taxa de Investimento teve um crescimento de apenas 2,2% em 2019, comparativamente à taxa de 3,9% em 2018.

<sup>4</sup> Na verdade, a estimativa de crescimento do PIB no início de 2020 era de 2,4%. Imediatamente após a divulgação do resultado de 2019, tal estimativa foi revista para 2,1%. Vale lembrar que mesmo antes da divulgação dos resultados do PIB em 04/03/20, agências externas, como a Goldman & Sachs e a Capital Economics, já haviam reduzido a previsão de crescimento do PIB do Brasil em 2020 para 1,3%.

dantesca no dia da divulgação dos resultados (04/03/20), ao sair do Palácio da Alvorada acompanhado de um humorista vestido com a faixa presidencial que distribuía bananas aos jornalistas que insistem em permanecer no “cercadinho” em frente ao Palácio da Alvorada.

Em 11/03/2020, o alopado ministro afirmou que o Brasil precisa aproveitar a crise e convertê-la em reformas. Assim, ao se reunir com os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, apresentou uma lista de propostas de reformas que contemplam, na essência, a fracassada cartilha neoliberal diante de crises econômicas globais, cartilha esta que vai ao sentido oposto das ações que estão sendo adotadas em muitos países. Os EUA, por exemplo, acabaram de destinar US\$ 50 bilhões para apoiar setores econômicos diretamente afetados pela epidemia do coronavírus, ao mesmo tempo em que o Banco Central Inglês reduziu as taxas de juros de 0,75% para 0,25%, como forma de ampliar o crédito produtivo e de consumo.

Diante do cenário de crise econômica global, Blanchard, por exemplo, sugeriu que os países atuem em duas direções: por um lado, implementem medidas urgentes no sentido de controlar o avanço do coronavírus e, por outro, adotem medidas fiscais, especialmente de aumento do gasto governamental, visando manter e estimular as atividades econômicas e, conseqüentemente, a demanda agregada. Portanto, neste momento seria mais prudente que o alopado ministro brasileiro cessasse a ladainha das reformas e adotasse medidas concretas que fossem capazes de incentivar os investimentos públicos e privados, como forma de retomar o crescimento econômico.

Todavia, em 12/03/20, surgiram novas pérolas diretamente do Posto Ipiranga: “Nós estávamos em pleno voo, começando a decolar (sic), quando fomos atingidos por essa onda. Enquanto a economia mundial está descendo, nós estávamos entrando na rota de 2% para este ano. Mas temos capacidade e velocidade de escape para mantermos nossa decolagem”. Sinceramente, ao ouvir tais falas veio-me a pergunta: em que planeta esse sujeito vive? Isto porque os dados divulgados no início do mês mostraram exatamente o contrário, ou seja, que o comportamento do PIB, além de ter se reduzido em relação ao desempenho do ano anterior, encontra-se no mesmo patamar de 2013. Por um lado, o consumo do governo foi negativo; as exportações de bens e serviços caíram 2,5%, enquanto a taxa de investimentos continua num patamar bastante baixo (15% do PIB), comparativamente ao seu ápice verificado nos anos anteriores à crise (21% do PIB). Por outro, o pequeno crescimento divulgado está fortemente atrelado à expansão

do consumo das famílias, indicador importante, porém com sérias limitações para se garantir taxas sustentáveis de crescimento, especialmente em situações em que perdurem taxas de desempregos elevadas devido à retração das atividades econômicas.

Na verdade, essas falas do ministro pretendem nos colocar diante da falsa ideia de que a economia brasileira está descolada da economia mundial, portanto imune aos efeitos expressivos que irão impactar os sistemas econômicos globais diante dos dois fatores conjunturais atuais: a epidemia do coronavírus e o choque dos preços do petróleo. No primeiro caso, são inegáveis os impactos econômicos negativos sobre diversas cadeias produtivas globais, especialmente nas áreas de transportes, comércio e serviços. Tanto é assim que diversos países já divulgaram medidas estruturais para enfrentar essa nova turbulência da economia mundial. Apenas como exemplo, destacamos o pacote de medidas anunciadas pela França em 12/03/20: proteger as empresas e os empregos; acolher os desempregados; adiar o recolhimento de impostos e prioridade absoluta para os segmentos pobres e mais vulneráveis. Em sua mensagem, o presidente Macron afirmou que o Estado Francês fará de tudo para evitar maiores danos do coronavírus sobre a economia do país. Ou seja, políticas mais austeras estão sendo flexibilizadas em diversos países para fazer frente à crise atual.

No Brasil, o grupo do Ministério da Economia responsável pelo gerenciamento da crise divulgou, com pompa, em 12/03/20 algumas de suas principais decisões, com destaque para: antecipação de junho para abril do pagamento de 50% da parcela do décimo terceiro dos aposentados e pensionistas do INSS; suspensão da prova de vida dos beneficiários do INSS por 120 dias (sic); definição a posteriori de uma lista de produtos médicos que terão preferência tarifária nas importações; redução do teto dos juros dos empréstimos consignados do INSS. E obviamente que o foco continuou sendo as reformas, com ênfase na reforma administrativa e tributária, cujas propostas o governo sequer as enviou ao Congresso Nacional até o presente momento.

No dia 13/03/20, ao responder as críticas do presidente da Câmara Federal que cobrou medidas efetivas de curto prazo por parte do governo, o ministro assim se manifestou: “soltamos ontem medidas; hoje vamos soltar mais e na segunda vamos soltar mais. A resposta à crise está vindo”. As medidas já anunciadas, além de paliativas, terão efeitos a passos de tartaruga, quando muito. Na verdade, o ministro fez todo esse enredo para voltar a defender a cantilena das reformas neoliberais, enfatizando seu desejo de privatizar a Eletrobrás, ao mesmo tempo em que rejeitou novamente

qualquer aumento de gastos públicos nesse momento para estimular o crescimento da economia.

O fato concreto é que estamos a caminho de um processo expressivo de desaceleração da economia mundial que certamente afetará a economia brasileira, uma vez que os problemas decorrentes do coronavírus poderão se estender ao longo de todo o ano de 2020. Nesse caso, não seria nenhuma surpresa se a taxa de crescimento do PIB para esse ano voltasse a apresentar resultados negativos. Soma-se a isso o fato de que as tão propaladas reformas deverão ter maiores dificuldades para serem aprovadas no Congresso Nacional devido ao fato que em breve o país entrará em um período eleitoral.

Por tudo o que se viu até aqui, muitos analistas estão afirmando que o vulgar ministro não tem a menor noção da gravidade da situação para a economia do país, uma vez que seu radar está focado em uma única direção: evitar qualquer ação preponderante do Estado para reativar setores essenciais da economia. Além disso, as medidas anunciadas nos dois últimos dias são a prova cabal dessa estratégia, uma vez que são meros paliativos com baixa capacidade para reverter um ciclo recessivo que se avizinha na esfera global.

Neste sentido, o artigo de Ferdinando Giugliano “How to push back against fake economics”, escrito em 2018, recomenda que os economistas deveriam explicar melhor o funcionamento da economia com base na Teoria Econômica e parar de dar facadas no escuro. Como estamos na era das fake news – e parafraseando John Hicks – declaro a que partir de hoje o ministro Posto Ipiranga morreu e em seu lugar surgiu o ministro Fake Economics, um sujeito oriundo da galáctica das finanças e que aprendeu a tocar música de uma única nota: reformas!

## O PACOTE DE AÇÕES DO MINISTRO FAKE ECONOMICS<sup>5</sup>

A pandemia do COVID-19, que há meses vem afetando o desempenho das economias em diversos países, nos deixa uma certeza: a economia mundial vai enfrentar uma forte recessão nos próximos períodos. Apenas não temos condições de dimensionar neste momento qual será o tamanho do problema. A julgar pelas informações econômicas recentes relativas ao primeiro país afetado (China), percebe-se que os impactos negativos serão expressivos e com capacidade superior àqueles derivados da crise de 2008, cujo epicentro era apenas financeiro. Portanto, desde logo é necessário se contrapor a alguns analistas que ainda estão especulando sobre “possíveis riscos de recessão” da economia mundial. Isto porque, como mostramos em artigo recente, são inúmeros os setores econômicos que já estão diretamente afetados, destacando-se o setor de transportes; de turismo; de cultura; de educação; de lazer e entretenimento; de bares, restaurantes e similares; do trabalho informal; bem como dos serviços de maneira geral. Além disso, geram-se efeitos negativos também sobre um grande número de cadeias produtivas indiretamente vinculadas aos setores mais afetados.

Tendo o conjunto desses elementos em consideração, lançaremos um olhar crítico sobre as ações divulgadas pelo governo atual no dia 16/03/20 como parte da estratégia de combate à epidemia do coronavírus no Brasil. Mas antes de debater o chamado “pacote de ações” é importante registrar que o ignóbil presidente da república continua afirmando que “esse vírus COVID-19 trouxe uma certa histeria e alguns governadores estão tomando medidas que vão prejudicar a economia do país, mas a economia não pode parar” (entrevista à Rádio Tupi em 17/03/20). Já o Ministro Fake Economics entende que a melhor resposta para conter a crise atual é aprovar as reformas no Congresso Nacional, porque segundo ele essas reformas são a base para gerar crescimento, emprego e renda, voltando a afirmar que assim a economia brasileira poderia crescer 2,5% em 2020, apesar da crise do coronavírus. E novamente voltou a tocar a música de uma nota só: precisamos transformar crises em reformas<sup>6</sup>. Além disso,

---

<sup>5</sup> - A partir de agora a denominação “Ministro Fake Economics” substitui aquela que é recorrentemente utilizada pelo ignóbil Presidente da República quando se refere ao seu Ministro da Economia, conforme explicado no artigo “Crise econômica e as falácias do Posto Ipiranga”, publicado na Carta Maior. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/A-crise-economica-e-as-falacias-do-posto-Ipiranga-/7/46803>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

<sup>6</sup> - Dentre tantas reações contrárias, vejamos a manifestação do presidente da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia: “As reformas não são parte da solução para crise econômica atual e seus impactos na vida

falou que “com as reformas você aumenta a resistência, ajuda a atravessar a turbulência que vem de fora”. É bastante provável que esse foi o compromisso maior que permeou a elaboração das propostas que serão analisadas na sequência.

Com uma apresentação restrita a seis slides, cujo título pomposo dizia “Pacote anticrise para enfrentar os efeitos do COVID-19”, o governo apresentou três grupos de medidas estruturantes: *Pacto Federativo*; que tratará da redivisão da arrecadação de impostos entre união, estados e municípios; *PL Eletrobrás*, cuja proposta é vender a empresa estatal de energia elétrica para o setor privado; *Plano Mansueto*, que estabelece um conjunto de regras para Governo Federal auxiliar estados com dificuldades para pagar suas dívidas, particularmente dos salários dos servidores. Para tanto, espalhou-se que a partir daí o governo estaria injetando R\$ 147,6 bilhões na economia visando amenizar os efeitos negativos do coronavírus, sendo que tal montante obedecia a seguinte distribuição: a) R\$ 83,4 bilhões para atender população mais vulnerável; b) R\$ 59,4 bilhões para manutenção de empregos; c) R\$ 4,5 bilhões para combater a pandemia. Com isso, buscou-se criar um clima positivo em relação às ações do governo, que até então eram praticamente inexistentes. Todavia, a farsa não durou muito tempo, uma vez que análises mais detalhadas das mais diferentes correntes do pensamento econômico mostraram que grande parte do volume dos recursos mobilizados para o enfrentamento da crise eram apenas antecipações de gastos orçamentários que seriam realizados durante o exercício fiscal de 2020.

Para se compreender melhor essa estratégia do Ministro Fake Economics, detalharemos a seguir alguns desses aspectos centrais do “pacote”. Quanto ao item *a* (atendimento da população vulnerável), soma-se a antecipação do pagamento da 2ª parcela do 13º dos aposentados para o mês de maio de 2020, sendo que a antecipação da primeira já tinha sido definida anteriormente, com pagamento para o mês de abril; valores não sacados do PIS-PASEP serão transferidos para FGTS para novos saques; antecipação do abono salarial para o mês de junho de 2020; e incorporação de até 1 milhão de novos beneficiários do programa Bolsa Família (BF), ao custo de aproximadamente R\$ 3 bilhões. Particularmente sobre o programa BF, deve-se registrar que durante o primeiro ano de mandato do governo Bolsonaro (2019), aproximadamente 500 mil famílias foram desligadas do programa, ao mesmo tempo em

---

das pessoas. Portanto, o pacote apresentado pelo governo tem pouca coisa que impacta a agenda de curto prazo ou quase nada!”

que a fila de espera para ingressar no programa atingiu 1,7 milhões de famílias no ano de 2019, o que corresponde a aproximadamente 5 milhões de pessoas. Sem dúvida alguma, esse é um fato inédito na trajetória do BF. Portanto, não há nada de novidade no montante de recursos mobilizados para este item (R\$ 83,4 bilhões), uma vez que, exceto os R\$ 3 bilhões para novos ingressantes no BF, todo o restante é mera antecipação de recursos que iriam ser gastos no decorrer do ano, ou seja, praticamente não há nada de dinheiro novo.

Quanto ao item *b* (manutenção de empregos) destacam-se o adiamento por três meses do prazo de pagamento do FGTS; adiamento por três meses do pagamento do simples; linha de crédito para micro e pequenas empresas via PROGER/FAT; redução por três meses de 50% da contribuição do sistema S; além da simplificação de exigências no sistema de crédito e desembaraço de insumos e materiais industriais importados antes do desembaraço.

Neste caso particular, não se observou nenhuma medida específica para os trabalhadores que estão na informalidade, que representam aproximadamente 41% do total da População Economicamente Ativa (PEA) e que em termos absolutos atingem mais de 38 milhões de pessoas. Também não se ventilou nenhuma medida para os desempregados que somam ao redor de 12 milhões de pessoas. Esses segmentos (informais, desempregados e também os conta própria) não têm direito ao abono salarial e sequer possuem FGTS para sacar, além de não ter qualquer possibilidade de auferir renda nesta fase em que haverá redução, tanto de atividades econômicas como de circulação de pessoas. Todas as medidas restritivas para evitar a propagação do vírus acabam provocando efeitos negativos sobre esses segmentos sociais, os quais ficarão desprovidos de suas fontes de renda, ainda que precárias.

Quanto ao item *c* (combate à pandemia) definiu-se a destinação de R\$ 4,5 bilhões do fundo DPVAT para o SUS e alíquota zero para importação de produtos médico-hospitalares necessários para combater o coronavírus. Esse montante certamente será pífio caso ocorra uma epidemia generalizada do coronavírus por todo o país.

Como vimos, o aumento do gasto orçamentário dentre todas as medidas anunciadas não deverá ultrapassar de R\$ 3 bilhões. Isso representa menos de 2% do total anunciado pelo pacote, percentual que dificilmente terá condições de alterar a trajetória de descenso da economia. Ou seja, todas as medidas anunciadas não geram

nenhum impacto sobre o orçamento, exceto o valor relativo ao BF. Todavia, o próprio secretário do Tesouro Nacional reconheceu que sequer o valor para ampliação do BF existe, devendo ser remanejado algum recurso junto às bancadas no Congresso Nacional. Segundo o Ministro, as ações foram delineadas desta forma porque não há espaço para gastos fiscais. Talvez isso explique algumas das bobagens por ele proferidas durante a divulgação do “pacote”, com destaque para três delas: “o coronavírus mata menos do que doenças tradicionalmente observadas no Brasil, como exemplo o *Aedes aegypti*” (sic) – na verdade, é o mosquito transmissor da dengue e da febre amarela; “quem ficou doente, ficou, os velhos vão sofrer mais”; “se ficar todo mundo em casa, a economia vai entrar em colapso”. Parece que está clara a estratégia do governo: deixem a seleção natural resolver o problema. E, ao contrário do afirmado, as medidas até agora anunciadas não irão proteger as pessoas mais vulneráveis, particularmente num país em que a desigualdade e o abismo social são gigantes.

Na essência, esse pacote revelou que o governo não tem um plano global para enfrentar a crise provocada pelo coronavírus, a exemplo de vários países. Na verdade, esse pacote revela apenas a saída da posição de conforto em que se encontrava a equipe econômica, afirmando sempre que a economia do país estava acelerando, enquanto a economia mundial entrava em desaceleração. Neste sentido, entendemos que as medidas anunciadas são apenas um suspiro inicial para enfrentamento da pandemia e dos desafios econômicos para os próximos anos.

Por isso, e ao contrário do que tem afirmado o Ministro Fake Economics, a crise abre uma oportunidade para se rediscutir a questão do teto do gasto público, podendo o mesmo ser flexibilizado neste momento de crise humanitária com efeitos devastadores sobre os sistemas econômicos.

Mas como diz José Luís Oreiro, professor da UNB, nossa alternativa é seguir com a embromação de Paulo Guedes e esperar a economia brasileira entrar em colapso, sem ter uma rede de proteção social capaz de impedir que milhões de brasileiros caiam na miséria absoluta. O resultado será o caos social, inclusive com milhares de mortes.

Para finalizar é importante registrar que a grande maioria dos países afetados pelo COVID-19 está adotando medidas fortes não somente para combater a epidemia, mas também para amenizar os efeitos econômicos e sociais, sendo que em todos os casos estão envolvidas grandes expansões do gasto público. Vejamos dois casos exemplares. Na França, o presidente do país assim se manifestou em rede nacional no



dia 12/03/2020: “O que revela essa pandemia é que uma saúde gratuita sem condições de renda, de história pessoal ou profissão e nosso bem-estar social não são custos ou encargos, mas bens preciosos, vantagens indispensáveis quando o destino bate à porta. Por isso, existem bens e serviços que devem ficar fora das leis de mercado” (Leneide Duarte, 16/03/20). Diante desse contexto, o presidente Macron assumiu o seguinte compromisso com a nação: “O governo irá mobilizar todos os recursos financeiros necessários para salvar vidas, custe o que custar”!

Nos Estados Unidos, o governo Trump – que inicialmente também desdenhou os impactos da epidemia – vem adotando medidas fortes nos últimos dias. Por um lado, prevendo a possibilidade concreta de uma recessão econômica mundial, sinalizou a liberação de até 1 trilhão de dólares para enfrentar o coronavírus e estimular a recuperação das atividades econômicas. Por outro, o governo vem adotando nas últimas semanas medidas extras para beneficiar diretamente famílias vulneráveis, estudantes e outros segmentos sociais que necessitam de apoio do governo. Neste mesmo país – e diante das medidas restritivas para tentar debelar a epidemia – surgiu uma nova proposta que foi encampada pelo senador Mitt Romney: o governo dar a cada cidadão adulto o valor de US\$ 1000 para amenizar os efeitos negativos advindos da paralisação das atividades econômicas.

## REDUZIR JORNADA DE TRABALHO E SALÁRIOS NÃO É A SOLUÇÃO

A crise econômica atual é bem mais profunda que alguns políticos imaginam e terá uma duração bem mais prolongada do que três a quatro meses, como vem sendo afirmado pela área econômica do governo atual. A virose até poderá ser combatida neste período, mas é praticamente certo que haverá uma forte desaceleração da economia mundial e que seu tempo de recuperação será gradual e dependerá, fundamentalmente, das políticas que cada país irá adotar. O mais provável hoje é que a parada na economia global no primeiro trimestre do ano colocará o mundo econômico em um processo recessivo de maior envergadura comparativamente à crise financeira de 2008, além de que sua duração ainda é uma incógnita.

Para fazer frente a esse cenário extremamente adverso, governos de vários países estão adotando medidas anticíclicas de grande monta, especialmente do ponto de vista da ampliação do gasto público. Como exemplo, agrega-se aos casos já citados nos artigos anteriores (França, Inglaterra e EUA) o exemplo da Espanha, cujo governo anunciou no dia 17/03/20 medidas de cunho fiscal e creditício da ordem de 200 bilhões de Euros. Registra-se que em nenhum caso mencionado está se falando de antecipação de gastos orçamentários, ou seja, são recursos novos que estarão sendo aportados à economia para buscar reverter o ciclo recessivo. Nesta direção, hoje (20/03) a Comissão Europeia suspendeu as regras impostas aos orçamentos dos países membros para que os mesmos possam injetar maiores quantidades de recursos na economia visando combater os efeitos negativos decorrentes do COVID-19.

Tendo esses fatos presentes, bem como as medidas até agora anunciada pelo governo brasileiro, discute-se neste artigo as últimas propostas divulgadas no dia 19/03/20<sup>7</sup>. Inicialmente é importante registrar que, ao mesmo tempo em que o governo divulgava suas ações, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) distribuía suas propostas, muitas das quais acabaram sendo incorporadas nas medidas anunciadas pelo governo. O que chama atenção neste caso é o oportunismo do setor empresarial industrial que, diante do cenário caótica derivado da crise provocada pelo novo coronavírus, viu a oportunidade para tentar fazer uma nova minirreforma trabalhista, com algumas propostas que transcendem o bom senso, conforme comentaremos mais adiante.

---

<sup>7</sup> As análises das medidas anteriores estão disponíveis em dois artigos do autor publicados no site Carta Maior.

Com o objetivo específico de “evitar demissões”, o governo anunciou algumas medidas que analisaremos na sequência, sendo que todas elas fazem parte do documento da CNI. A primeira delas diz respeito à redução de até 50% da jornada com corte proporcional dos salários, sendo que os salários não poderão ser reduzidos abaixo do valor de um salário mínimo. O governo afirmou que essa proposta não altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), apenas faz uma flexibilização temporária. Isso não é verdade, uma vez que para se implementar tal medida é necessário alterar o artigo 503 da CLT que não permite a unilateralidade da definição (exigida pela CNI), ao mesmo tempo em que o percentual máximo estabelecido em lei é de 25% (a CNI propôs 50% e o governo aceitou).

A segunda medida diz respeito ao Teletrabalho, sendo que o governo permitiu que empresa e trabalhador acertem nova modalidade com antecedência de 48 horas. Aqui nota-se a existência de problemas legais, uma vez que a CNI busca reduzir as exigências hoje em vigor. Para tanto, propõe a inclusão de um novo artigo no Capítulo II-A da CLT para que as exigências ali expressas não sejam aplicadas. Além disso, pretendem a inclusão de um novo artigo na CLT que permitiria a fixação de turnos mistos (períodos com regime presencial e outros de Teletrabalho).

A terceira medida trata do Banco de Horas, sendo que o trabalhador poderá ficar em casa, segundo o governo, recebendo salários e benefícios, pagando isso posteriormente com 2 horas a mais em sua jornada de trabalho. Na verdade, a CNI propôs que esse banco seja fixado unilateralmente pelas empresas com prazo de compensação de até 2 anos. Novamente, para que esse procedimento seja legal, torna-se necessário alterar o art. 59 da CLT.

A quarta medida diz respeito às férias (individuais e coletivas). Neste caso, as duas propostas apresentadas pelo governo fazem parte de um leque maior de propostas da CNI que, na essência, está solicitando alteração de todo o capítulo da CLT relativo às férias, especialmente os artigos 135, 139, bem como o artigo 7º da Constituição Federal.

A quinta medida anunciada foi o pagamento, por parte do governo, dos primeiros 15 dias de afastamento de trabalhadores que tiverem coronavírus, especialmente dos empregados das micro e pequenas empresas. Registra-se que para que esse procedimento tenha validade, torna-se necessário alterar o artigo 60 da Lei 8.213/91.

Além disso, o governo informou que estimulará uma maior flexibilização nas negociações trabalhistas individuais para reduzir os custos de contratos visando manter o nível de emprego. Neste caso (flexibilização), observa-se que o documento da CNI já antecipou um conjunto de outras medidas, com destaque para: *a)* mudar unilateralmente o horário de trabalho (alterar art. 468 da CLT); *b)* ampliação do *lay-off*, o que significa alterar o artigo 476-A da CLT; *c)* não aplicação de multas por medidas adotadas pelas empresas, o que significa alterar o artigo 627 da CLT; *d)* suspensão de registros administrativos exigidos pelas normas regulamentares, conforme NR 04 (Segurança do Trabalho) e NR 05 (CIPA); suspender os prazos de contestação e de recursos administrativos de autos de infração trabalhista.

Analisando com maior profundidade essas proposições, percebe-se que estamos diante de um filme que já assistimos, uma vez que o argumento de “defesa do emprego” serve para qualquer tipo de presunção. Na essência, as propostas da equipe do ministro “Fake Economics” e da CNI vem na direção do lema “menos direitos para se manter os empregos”. Isto porque todas as propostas econômicas visando evitar demissões de trabalhadores anunciadas em 18/03/20 fazem parte de um documento maior da CNI composto por proposições em cinco áreas: tributária, monetária, financiamento, regulação e “adequação da legislação trabalhista”. Tal documento parte do pressuposto que o uso dos recursos públicos deve ser direcionado para fortalecer o sistema de saúde e aliviar a situação financeira das empresas visando preservar os empregos. Neste sentido, sempre é bom lembrar que se fez a reforma trabalhista com os mesmos objetivos, ou seja, preservar o emprego, mas o que se viu logo após a aprovação dessa reforma foi um avanço expressivo do desemprego, o qual permanece com taxas elevadas até os dias atuais. Por isso, escandalosamente está se tentando fazer mais uma minirreforma trabalhista com objetivo muito claro: retirar mais direitos que ainda estejam presentes na CLT. De fato, só faltou requisitar a volta da escravidão, tamanha é a desfaçatez das propostas apresentadas pela CNI e incorporadas pelo governo como se suas fossem.

Seguindo a mesma cantilena, o jornal O Globo, em sua edição de 20/03/20, lançou editorial intitulado “Funcionalismo tem de dar a sua contribuição”. Para tanto, e com base nas ideias de uma “economista cabeça de planilha” entrevistada pela Globo News no dia anterior, passou a defender que os servidores públicos também deveriam dar sua contribuição neste momento, aceitando uma redução da jornada de trabalho e

dos salários da ordem de 25%. Na verdade, tal editorial é uma incitação a necessidade de aprovação da PEC 186/19, também conhecida como PEC Emergencial, vindo na mesma linha do lema neoliberal que contamina a política econômica do país, cujos resultados têm se mostrado desastrosos até o presente momento.

Conhecimentos elementares de economia evidenciam as debilidades dessas propostas. Reduzir salários causa impactos negativos diretos sobre a economia, uma vez que reduz o poder de compra das pessoas, impactando negativamente na própria arrecadação tributária do governo e nas expectativas das empresas, que irão retraindo ainda mais suas atividades produtivas. Já reduzir jornada de trabalho dos servidores públicos neste momento de epidemia impactará negativamente em quatro áreas cruciais de atendimento à população: saúde, assistência social, educação e segurança pública. Registra-se que em todas essas áreas já são notadas faltas de pessoas qualificadas para o exercício profissional. Portanto, como afirmou o professor Oreiro (UNB), a proposta da economista Zeina Latiff – utilizada pelo jornal O Globo para publicar seu editorial defendendo a redução da jornada e dos salários – “é tão estúpida quanto propor as pessoas que não foram infectadas pelo coronavírus a serem infectadas para serem ‘justas’ ou ‘solidárias’ com aquelas pessoas que foram infectadas”.

Já o professor Belluzzo nos ensina que a economia capitalista só avança quando na verdade o que está sendo colocado nela é maior do que está sendo tirado. Por isso, é preciso de novas injeções. E como o Brasil não está no planeta Netuno, mas no planeta Terra, onde as economias e sociedade estão cada vez mais inter-relacionadas, “não deve haver limite para a intervenção do Estado, porque não há limite para a crise”. Diante de tudo o que o ministro “Fake Economics” tem propalado recentemente, fica a dúvida se de fato ele é capaz de compreender esse processo.

Portanto, a prioridade atual dos governos e da sociedade em todo o mundo deveria ser, primeiramente, salvar vidas e, na medida do possível, reduzir os efeitos negativos da pandemia sobre as atividades econômicas. E é isso que grande parte dos países está fazendo, ao anunciar medidas que não têm o equilíbrio fiscal como pressuposto, uma vez que sabem a importância do Estado para evitar o colapso social e econômico em épocas de crise. No caso particular em debate, vide o exemplo recente que vem do Reino Unido. Lá, além do governo não recolher impostos até o mês de junho, cerca de 38 bilhões de Libras (o que corresponde hoje a R\$ 225 bilhões) serão destinados para pagar os salários dos trabalhadores para evitar as demissões.

Por fim, muitos analistas estão projetando os impactos da crise atual aos da Grande Depressão (1929). Todavia, ao invés de voltarmos às propostas dos liberais daquela época, sugere-se que avancemos na direção dos ensinamentos básicos do senhor Keynes que, em linhas gerais, afirmou que o melhor remédio para não se cair em uma crise econômica profunda é manter a demanda agregada em expansão. Portanto, recomenda-se neste momento o uso da boa teoria econômica a qual nos ensina que, diferentemente do que apregoam alguns cabeças de planilha que contam com apoio da grande mídia burguesa, o Brasil não pode ir na contramão do que vem sendo feito na maioria dos países, sob o risco de não estimular as atividades econômicas e acabar aprofundando ainda mais os efeitos provocados pela pandemia do COVID-19.

## **A CEGUEIRA DAS ELITES EMPRESARIAIS BRASILEIRAS: REDUZIR SALÁRIOS NÃO É A SOLUÇÃO**

A crise econômica atual é bem mais profunda que alguns empresários e políticos imaginam e terá uma duração bem mais prolongada do que três a quatro meses, como vem sendo afirmado pela área econômica do governo atual. A virose até poderá ser combatida neste período, mas é praticamente certo que haverá uma forte desaceleração da economia mundial e que seu tempo de recuperação será gradual e dependerá, fundamentalmente, das políticas que cada país irá adotar. O mais provável hoje é que a parada na economia global no primeiro trimestre do ano colocará o mundo econômico em um processo recessivo de maior envergadura comparativamente à crise financeira de 2008, além de que sua duração ainda é uma incógnita.

Para fazer frente a esse cenário extremamente adverso, governos de vários países estão adotando medidas anticíclicas de grande monta, especialmente do ponto de vista da ampliação do gasto público. Como exemplo, agrega-se aos casos já citados em artigos anteriores (França, Inglaterra e EUA) o exemplo da Espanha, cujo governo anunciou no dia 17/03/20 medidas de cunho fiscal e creditício da ordem de 200 bilhões de Euros. Registre-se que em nenhum caso mencionado está se falando de antecipação de gastos orçamentários, ou seja, são recursos novos que estarão sendo aportados à economia para buscar reverter o ciclo recessivo. Nesta direção, em 20.03.20 a Comissão Europeia suspendeu as regras impostas aos orçamentos dos países membros para que os mesmos possam injetar maiores quantidades de recursos na economia, via expansão do gasto público, visando combater os efeitos negativos decorrentes do COVID-19.

No Brasil esse cenário é bem diferente. Por um lado, o governo vem anunciando medidas a conta gotas que são incapazes de apoiar e reativar setores essenciais da economia, conforme explicamos em dois artigos publicados recentemente no site Carta Maior. No caso específico do governo brasileiro, chegou-se ao deslante de pretender forçar a aprovação das medidas de restrição de gastos em debate no Congresso Nacional como estratégia para combater a pandemia do COVID-19, uma vez que o ministro “Fake Economics” tem horror quando se fala em expandir gasto público.

Pelo lado empresarial, observam-se diversas manifestações extremamente danosas para o conjunto da sociedade. Neste artigo vamos nos ater apenas a duas delas. A primeira diz respeito à pauta da Confederação Nacional da Indústria (CNI) enviada ao

Governo Federal, a qual serviu de base para algumas das medidas anunciadas pela equipe econômica no dia 19/03/2020. O que chama atenção neste documento é o oportunismo do setor empresarial industrial que, diante do cenário caótica derivado da crise provocada pelo novo coronavírus, viu a oportunidade para tentar fazer uma nova minirreforma trabalhista, com algumas propostas que transcendem o bom senso.

Analisando com maior profundidade essas proposições da CNI para cinco áreas (tributária, monetária, financiamento, regulação e “adequação da legislação trabalhista”), percebe-se que estamos diante de um filme que já assistimos, uma vez que o argumento de “defesa do emprego” serve para qualquer tipo de presunção e interesses, ficando claro que as propostas dessa confederação empresarial vêm na direção do lema “menos direitos para se manter os empregos”. Tal documento parte do pressuposto que o uso dos recursos públicos deve ser direcionado para fortalecer o sistema de saúde e aliviar a situação financeira das empresas visando preservar os empregos. Neste sentido, sempre é bom lembrar que se fez recentemente a reforma trabalhista com os mesmos objetivos, ou seja, preservar o emprego, mas o que se viu logo após a aprovação dessa reforma foi um avanço expressivo do desemprego, que permanece com taxas elevadas até os dias atuais. Por isso, escandalosamente está se tentando fazer mais uma minirreforma trabalhista com objetivo muito claro: retirar mais direitos que ainda estejam presentes na CLT. De fato, só faltou requisitar a volta da escravidão, tamanha é a desfaçatez das propostas apresentadas pela CNI e incorporadas pelo governo como se suas fossem.

Registre-se que as últimas medidas econômicas anunciadas pelo governo em 19.03.20 estão integralmente contidas no documento da CNI, as quais dependem de mudanças em diversas leis e na própria CLT. Decorrem daí as afirmações de diversos integrantes da equipe econômica durante o lançamento das medidas: “o governo estimulará uma maior flexibilização nas negociações trabalhistas individuais para reduzir os custos de contratos visando manter o nível de emprego”. Apenas como registro, vale lembrar à equipe econômica que mudanças na CLT e outras leis dependem de aprovação do Congresso Nacional.

Uma segunda manifestação, e seguindo a mesma cantilena, veio do jornal O Globo, que em sua edição de 20/03/20 lançou editorial intitulado “Funcionalismo tem de dar a sua contribuição”. Para tanto, e com base nas ideias de uma economista cabeça de planilha entrevistada pela Globo News no dia anterior, passou a defender que os



servidores públicos também deveriam dar sua contribuição neste momento, aceitando uma redução da jornada de trabalho e dos salários da ordem de 25%. Na verdade, tal editorial é uma incitação a necessidade de aprovação da PEC/186/2019, também conhecida como PEC Emergencial, vindo na mesma linha do lema neoliberal que contamina a política econômica do país, cujos resultados têm se mostrado desastrosos até o presente momento.

Não satisfeito, tal jornal voltou ao tema na data de 22/03/20 (domingo) com editorial intitulado “STF pode dar ajuda contra a crise”. Para tanto, solicita-se de forma inconstitucional que o STF interceda para aprovar medidas legais para reduzir os salários do setor privado e, por analogia, também do setor público. Argumenta-se que desta forma sobraria mais dinheiro para ser aplicado no combate à epidemia do coronavírus.

Quanto ao argumento da “sobra de dinheiro”, bastaria apenas lembrar ao Grupo Globo e a um outro conjunto de empresários do país que se eles fossem honestos como a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, eles pagariam todas as dívidas de impostos e outras tarifas, como, por exemplo, o imposto sobre grandes fortunas previsto na Constituição Federal. Tais pagamentos transcendem atualmente todo o orçamento do Ministério da Saúde e da Assistência Social e ainda poderiam auxiliar na disponibilização de recursos à custo zero para as micro, pequenas e médias empresas, que são de fato aquelas que empregam grande parte dos trabalhadores do país.

Como divulgado recentemente pela FENAFISCO, 206 bilionários detém uma fortuna superior a 16 trilhão de reais, montante que se fosse taxado em 1%, conforme apregoa a Constituição do país, resultaria em recursos suficientes para meses de ações de combate à epidemia, bem como de recursos para serem aplicados na proteção de empregos e salários. Sabidamente os proprietários do Grupo Globo fazem parte dessa casta de bilionários. Portanto, entendemos que um grupo empresarial que não paga suas dívidas com o fisco, e menos ainda, não contribui com as taxas sobre sua fortuna, não tem moral alguma para propor à Suprema Corte do país o confisco dos salários dos trabalhadores do setor público. Além de uma atitude inconstitucional, é desonesta e indigna para com o povo brasileiro.

Para se contrapor a essa ladainha da elite empresarial, informamos que conhecimentos elementares de economia evidenciam as debilidades dessas propostas. Reduzir salários causa impactos negativos diretos sobre a economia, uma vez que reduz

o poder de compra das pessoas, impactando negativamente na própria arrecadação tributária do governo e nas expectativas das empresas, que irão retraindo ainda mais suas atividades produtivas. Já reduzir jornada de trabalho dos servidores públicos neste momento de epidemia impactará negativamente em quatro áreas cruciais de atendimento à população: saúde, assistência social, educação e segurança pública. Registra-se que em todas essas áreas já são notadas faltas de pessoas qualificadas para o exercício profissional.

Portanto, destacamos que a prioridade atual dos governos e da sociedade em todo o mundo está sendo, primeiramente, salvar vidas e, na medida do possível, reduzir os efeitos negativos da pandemia sobre as atividades econômicas. E é isso que países estão fazendo ao anunciar medidas que não têm o equilíbrio fiscal como pressuposto, uma vez que sabem a importância do Estado para evitar o colapso social e econômico em épocas de crise. No caso particular em debate, vide o exemplo recente que vem do Reino Unido. Lá, além do governo não recolher impostos até o mês de junho, cerca de 38 bilhões de Libras (o que corresponde hoje a R\$ 225 bilhões) serão destinados para pagar os salários dos trabalhadores para evitar as demissões.

Portanto, ao invés de voltarmos às propostas dos liberais da Grande Depressão (1929), sugere-se que avancemos na direção dos ensinamentos básicos do senhor Keynes que, em linhas gerais, afirmou que o melhor remédio para não se cair em uma crise econômica profunda é manter a demanda agregada em expansão. Para isso, recomenda-se neste momento o uso da boa teoria econômica a qual nos ensina que, diferentemente do que apregoam alguns economistas que contam com apoio da grande mídia burguesa, o Brasil não pode ir na contramão do que vem sendo feito na maioria dos países, sob o risco de não estimular as atividades econômicas e acabar aprofundando ainda mais os efeitos provocados pela pandemia do COVID-19. E todos sabemos qual a parcela da população que pagará o preço dessa insanidade.

## **PORQUE MEDIDAS ECONÔMICAS ANUNCIADAS PELO MINISTÉRIO DA ECONOMIA NÃO ESTÃO SENDO IMPLEMENTADAS**

A pandemia do COVID-19 já atingiu mais de 150 países no mundo, causando milhares de mortes e impactando negativamente a economia mundial. É importante registrar que o mundo está vivendo uma nova crise, que é bem distinta de crises anteriores (1929, 1970s e 2008-2009), uma vez que aquelas eram crises derivadas do próprio funcionamento das estruturas econômicas. Agora as sociedades estão enfrentando uma crise sanitária de proporção global (não é uma simples gripezinha) que, além ceifar vidas em todos os lugares, tem causado impactos expressivos na economia de todos os países. Hoje já se sabe que os efeitos econômicos não serão de curta duração (3 a 4 meses como vinha sendo dito pelo ministro da economia do Brasil) e que seus impactos poderão destruir a estrutura econômica de um país, caso os governos não adotem medidas efetivas para enfrentar a nova realidade.

Neste sentido, diversas instituições internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OCDE, etc) entendem que os governos nacionais devem deixar de lado o discurso da austeridade fiscal e adotar medidas urgentes em duas direções: por um lado, conter a pandemia, salvando vidas e, por outro, buscar estimular a economia para evitar o caos econômico e social. Sem dúvida, essa nova fase está mostrando claramente ao mundo que o ideário econômico neoliberal que pautou as intervenções econômicas nas últimas cinco décadas está sendo fortemente questionado, ao mesmo tempo em que emerge novamente a importância do Estado enquanto agente decisivo para implementar políticas efetivas capazes de reaquecer as atividades econômicas.

A economia brasileira já vinha capenga desde 2015 segundo alguns indicadores básicos, como o comportamento do PIB que, em média, apresentou taxa de crescimento negativa da ordem de 0,90% ao ano entre 2015 e 2019. Nesse período foram realizadas diversas reformas tratadas como salvadoras da pátria (limitação do teto de gastos públicos, reforma trabalhista, reforma da previdência, etc.), mas que pouco contribuíram, uma vez que ainda hoje o país convive com uma taxa de desemprego bastante elevada (quase 12 milhões de pessoas), bem como uma das piores taxas de investimento da economia nas duas últimas décadas.

Uma economia com estas condições e sendo afetada diretamente pela crise decorrente do COVID-19 terá enormes desafios pela frente. Diante desses fatos novos, entendemos que o governo federal precisa atuar rapidamente em três frentes essenciais: garantir a solvência das empresas (sobretudo do capital de giro) para que elas continuem funcionando; garantir a manutenção dos níveis de emprego e de salários dos trabalhadores; e atender aos segmentos mais vulneráveis da população que, além de excluídos economicamente, estão mais expostos à própria epidemia. Registre-se que são estratégias bastante semelhantes a essas que já se pode observar na maioria dos países do mundo.

Infelizmente, não parece ser o que a área econômica do governo brasileiro está fazendo, uma vez que a maioria das medidas até agora anunciadas em conta gotas, além de ser tímidas e pouco eficientes para enfrentar as três dimensões acima expostas, estão demorando muito para serem implementadas, o que poderá levar a um caos social caso a epidemia avance mais rapidamente, conforme está previsto em todos os estudos científicos. Para tanto, vamos mostrar na sequência o abismo existente entre a pompa dos anúncios das primeiras medidas e aquilo que efetivamente foi feito nos últimos 16 dias, quando o problema do COVID-19 se intensificou no país.

Primeiro momento (09.03 a 13.03.20): em 11.03.20 o ministro “Fake Economics” apresentou para os presidentes da Câmara e do Senado uma lista de propostas de reformas que contemplam, na essência, a fracassada cartilha neoliberal diante de crises econômicas globais, cujas propostas iam no sentido oposto às ações que estavam sendo adotadas em muitos países. E no dia 12.03.2003, o grupo do Ministério da Economia responsável pelo gerenciamento da crise divulgou de forma pomposa algumas de suas principais decisões, com destaque para: antecipação de junho para abril do pagamento de 50% da parcela do décimo terceiro dos aposentados e pensionistas do INSS; suspensão da prova de vida dos beneficiários do INSS por 120 dias (sic); definição a posteriori de uma lista de produtos médicos que terão preferência tarifária nas importações; redução do teto dos juros dos empréstimos consignados do INSS. Obviamente que o foco das intervenções deveriam ser as reformas administrativa e tributária. No dia 13.03.20, ao responder as críticas do presidente da Câmara Federal que cobrou medidas efetivas de curto prazo por parte do governo, o ministro assim se

manifestou: “soltamos ontem medidas; hoje vamos soltar mais e na segunda vamos soltar mais. A resposta à crise está vindo”.

Registra-se que até hoje a maioria dessas medidas acima mencionadas não foram implementadas, sendo que nos dias seguintes o referido ministro fez questão de afirmar que o mais importante era a aprovação das reformas estruturais, inclusive enfatizando seu desejo de também privatizar a Eletrobrás. Quando questionado sobre a necessidade de se aumentar os gastos públicos para estimular o crescimento da economia diante dos impactos negativos do coronavírus, passou muitos dias negando essa opção.

Segundo momento (16/03 a 20/03): neste período nota-se que o discurso mudou, sendo que no lugar das reformas ganhou espaço a proposta de redução da jornada de trabalho e dos salários como forma de enfrentar os problemas econômicos causados pela pandemia. Para tanto, foram anunciadas medidas que, segundo o governo, disponibilizariam R\$ 147,6 bilhões, sendo que grande parte seria para manutenção dos empregos e atendimento às populações vulneráveis. Logo se observou que mais de 98% do montante anunciado era apenas antecipação de gastos orçamentários previstos para 2020 e que praticamente não havia nenhum aporte de novos recursos, ou seja, todas as medidas anunciadas não geravam nenhum impacto sobre o orçamento aprovado para exercício de 2020. Segundo algumas autoridades econômicas, as ações foram delineadas desta forma porque não havia espaço para novos gastos fiscais. Registre-se que até hoje praticamente nenhuma dessas medidas foram implementadas, a não ser a destinação de R\$ 3 bilhões para o BF.

Terceiro momento (23.03.20 a 27.03.20): ocorreram quatro grupos de ações que merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, a publicação e cancelamento da MP 927, que permitia a suspensão, por até 4 meses, dos contratos de trabalho. Diante da repercussão negativa, tal MP foi cancelada e até hoje ainda não foi enviada uma nova versão, o que comprova que o governo não tem qualquer proposta para a manutenção dos empregos, a não ser reduzir jornada de trabalho e cortar salários. A segunda iniciativa advém dos bancos públicos e do Banco Central (BACEN). Quanto aos primeiros, destacam-se as medidas anunciadas pelo BNDES, que destinará R\$ 55 bilhões, sendo que parte expressiva desses recursos é para novos saques do FGTS e outra parte para refinanciamentos das empresas. Apenas R\$ 5 bilhões foram destinados para capital de giro das empresas, o que é um montante praticamente irrelevante. Já o BACEN anunciou que estaria disponibilizando de R\$ 1,2 trilhões para fazer frente à

crise provocada pelo COVID-19. No entanto, quando se analisa as ações propostas, nota-se que a maioria delas não representa dinheiro novo na economia, mas recursos para bancos ofertar a possíveis tomadores. Portanto, parecem ser medidas pouco eficazes para alavancar as atividades econômicas. A terceira ação a ser mencionada foi realizada por diversos partidos políticos e aprovada pelo Congresso Nacional em 26.03.20. Neste caso, destinou-se a cada trabalhador informal uma quantia de R\$ 600,00 ao mês, por um período de três meses, o que pode ser qualificado como uma das únicas ações efetivas até o presente momento. A quarta medida foi anunciada pelo BACEN em 27.03.20 e diz respeito à destinação de R\$ 40 bilhões por dois meses para financiar os salários dos trabalhadores das pequenas e médias empresas.

Diante de tudo o que foi exposto, chega-se à conclusão que o governo não tem um Plano de Ações organizado e articulado para amenizar os efeitos da pandemia nas atividades econômicas. O que se viu até o momento foram anúncios espalhafatosos e a conta gotas de montantes de recursos, porém sempre com poucos efeitos práticos, uma vez que os encaminhamentos para que de fato esses montantes anunciados cheguem aos agentes econômicos (empresários e trabalhadores) normalmente continuam paralisados até o momento. Além disso, chama atenção que nestes últimos 16 dias as ações da equipe econômica ainda continuaram pautadas por algumas ideias estapafúrdias de reformas estruturais; pela cantilena da não expansão dos gastos fiscais, opção que vai exatamente na contramão de tudo o que vem sendo feito na maioria dos países também afetados pelo COVID-19; e pela insistência da proposta de redução da jornada de trabalho e dos salários como alternativa aos problemas de funcionamento do mercado de trabalho em época de crise.

Neste cenário caótico, vale registrar que em 20.03.20 o Congresso Nacional autorizou o Executivo a decretar situação da calamidade pública no país. Com isso, o governo federal não precisa mais cumprir a meta de superávit primário, que em 2020 era de R\$ 124 bilhões. Em função disso, o governo está autorizado a ampliar os gastos públicos na quantidade que for necessária. Portanto, o governo já poderia ter aumentado esses gastos em centenas de bilhões de reais, cujo aumento poderia ser financiado com emissões monetárias e sem gerar impactos inflacionários. A nosso ver, essa seria uma maneira extremamente simples e rápida para se aportar as quantidades de recursos necessárias à recomposição das atividades econômicas. Além disso, o governo também poderia usar recursos do Tesouro Nacional, cujo saldo atual é superior a um trilhão de

reais. E, no limite, poderia ainda usar parte das reservas cambiais. Todos esses aspectos revelam que não há restrições monetárias neste momento para o governo agir de forma ampla e imediata, não cabendo, portanto, a desculpa da falta de dinheiro.

Mas parece que esses pontos soariam bastante ousados diante das tímidas propostas até agora anunciadas, cuja grande maioria sequer foi encaminhada. Além disso, como afirmou há poucos dias o presidente da Câmara Federal, parece que o governo atua desta forma exatamente para expandir e potencializar os problemas e não para resolvê-los. A julgar pelo comportamento do ministro “Fake Economics” nos últimos dias, parece que essa suposição é bastante plausível, tendo em vista que ele preferiu continuar com seus passeios (proibidos) pelas praias do Rio de Janeiro neste momento importante da vida do país.

Particularmente, estou começando a crer que a letargia das ações da equipe econômica está conectada com a jogada política dos últimos dias praticada pelo ignóbil presidente do país que, com suas rotineiras imbecilidades, passou a atacar as recomendações médicas relativas à epidemia visando angariar apoiadores ao lema “O Brasil não pode parar”. Com isso, ele está buscando maneiras de romper com o isolamento social recomendado para se combater o COVID-19 com o objetivo de usar bem menos recursos públicos para reativar as atividades econômicas do país durante o período epidêmico.